



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO NARCOTRÁFICO: reflexões sobre o work infantil

Autoria: Tarsila Amoras Sanches (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Este work é parte de uma pesquisa maior, em andamento, que discute o envolvimento de crianças e de adolescentes no sistema do narcotráfico e sua relação com o work infantil. Objetiva situar, neste texto, o debate acerca do sistema do tráfico de drogas como um dos responsáveis por girar o mercado mundial que conecta as fronteiras materiais existentes. Entende-se pertinente essa discussão porque, apesar da lógica legal de que o narcotráfico é uma ação criminosa, diferencia-se do tráfico atacadista do tráfico varejista que está mais presente no dia a dia das periferias urbanas, move as relações sociais e até mesmo gera emprego para os moradores. Essas periferias urbanas estão à margem das grandes cidades e expõem as contradições de classes sociais. É importante localizar, nesse cenário, quem são e onde estão as crianças das periferias, atingidas diretamente por escolas extremamente precarizadas e sem direito a lazer. Infere-se que, muitas delas, impactadas pela situação emergencial de suas famílias, são pressionadas a conseguir renda e buscam, na rua, uma forma de colocar comida na mesa. Sob a falsa ideia de que o dinheiro do tráfico é certo, fácil e rápido, envolvem-se com o tráfico de drogas, aquele com maior atuação no seu meio social. Segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), essas crianças que estão no sistema do narcotráfico não têm sua situação vista como work infantil, e sim como ação criminosa, assumindo o papel de menores infratores. Entretanto, a OIT (Organização Internacional do work) por meio da convenção nº182 classifica o tráfico de drogas como uma das piores formas de work infantil. E apesar do não reconhecimento pelo ECA, a forma de organização das facções criminais reflete disciplina e hierarquia capazes de criar postos de work também para as crianças, que muitas vezes se tornam sujeitos fundamentais. Assim, em um contexto de instabilidade econômica e de aumento da violência urbana, com crescimento de milícias, é de urgência analisar qual a relação das crianças e dos adolescentes com o tráfico de drogas. As reflexões, portanto, aqui apresentadas,



resultam da pesquisa ora mencionada, a qual desenvolve-se por meio do work de campo de cunho etnográfico com crianças e adolescentes internados nas Unidades Socioeducativas no município de Belém, levantamento bibliográficos e documentais, além de entrevistas, considerando o caráter de uma construção colaborativa, dialógica e polifônica (CLIFFORD 1998), a partir do reconhecimento dos personagens existentes e desta forma, têm contribuído para iluminar o percurso metodológico, mirando a compreensão de quem são esses sujeitos, como eles se veem, como explicam o que fazem e que perspectivas alimentam.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: